

### 3

#### **Para compreender o fenômeno da exclusão: Um quadro conceitual de referência**

Para compreender a dinâmica do fenômeno da “nova exclusão”, caracterizado no Capítulo 2, é importante que se estude o modelo econômico hegemônico que surgiu nos anos 70. A “nova exclusão”, na realidade, é um fato que vem se derivando de um conjunto de fatos que hoje se chama de Neoliberalismo. Therborn (1995:139) mostra um significado do termo neoliberalismo:

“O termo “neoliberalismo” tem um significado específico no que concerne a um conjunto particular de receitas econômicas e programas políticos que começaram a ser propostos nos anos 70. Essas receitas têm como fonte de inspiração principal as obras de Milton Fernandes. Essas idéias, por sua vez, remontam a Hayek e à chamada “tradição austríaca”.”

Gentili (1995:139) acredita que o neoliberalismo gerou e aumentou a exclusão social e precisa ser combatida:

“... seria importante confrontar algumas idéias sobre as possibilidades e o futuro de uma alternativa democrática às terríveis condições de exclusão social geradas e agravadas pelo neoliberalismo nas nossas sociedades.”

É importante dizer que, de acordo com Bóron (1995:158), isso traduz um senso comum da época e, por esse motivo, se torna útil por atender principalmente aos interesses das classes dominantes:

“Neste caso, a categoria de “neoliberalismo” é útil porque resume o senso comum da época, o senso comum imposto pelas classes dominantes. O senso comum da época é o neoliberal. Gostemos ou não, ele se implantou profundamente nas massas. O mercado é idolatrado; o Estado é demonizado; a empresa privada é exaltada e o “darwinismo social do mercado” aparece como algo desejável e eficaz do ponto de vista econômico.”

Conclui-se, nesse caso, que o sentido neoliberal dá ênfase à competitividade e à geração de riqueza, contraposto à perspectiva da social-democracia, cujo foco principal era a segurança econômica e a redistribuição de renda.

Giddens (1999:111) aponta para o modelo neoliberal de igualdade. Ele destaca que nesse modelo a igualdade de oportunidade se traduziria em meritocracia. Isto significa que uma pessoa que conseguisse executar uma determinada tarefa melhor do que a outra, teria o direito de ganhar mais. Para Giddens (1999: 111) essa posição não se sustenta:

“Em primeiro lugar (fosse ela alcançável), uma sociedade radicalmente meritocrática gerava profundas desigualdade de resultado, que iriam ameaçar a coesão social.”

A Economia de Comunhão procura de fato é trazer um novo significado de “inclusão”, que é coerente com aquele que Giddens (1999:112) oferece como alternativa :

“Inclusão refere-se em seu sentido mais amplo, a cidadania, direitos e obrigações civis e políticos que todos os membros de uma sociedade deveriam ter, não apenas formalmente, mas como uma realidade de suas vidas. Refere-se também a oportunidades e a envolvimento no espaço público. Numa sociedade em que o trabalho permanece essencial para a auto-estima e o padrão de vida, o acesso ao trabalho é um contexto principal de oportunidade. A educação é outro, e o seria ainda que não fosse tão importante para as possibilidades de emprego.”

O trabalho exercido por empresários da Economia de Comunhão, como também pelos membros do Movimento dos Focolares, visa resgatar a cidadania daqueles que nunca tiveram direito a ela. O respeito à ética ajuda a trazer de volta para a comunidade os “bons costumes” que a comunidade aos poucos vem deixando de dar o devido valor.

A exclusão social não está restrita apenas ao âmbito da exclusão econômica. Nestas palavras, destaca-se uma conotação mais social do que econômica para o termo, o que suporta a idéia de que a exclusão não pode ser vista apenas pelo ponto de vista da subsistência. Há algo mais implícito neste conceito que penetra na esfera do simbólico.

Daí a importância de estudar o fenômeno da exclusão do ponto de vista da relação entre “estabelecidos e *outsiders* (os de fora)”, buscando compreender os mecanismos e motivos que fazem com que certos grupos de pessoas tenham sua cidadania restringida. Para isso, recorre-se ao estudo antropológico realizado por Elias e Scotson (2000), o qual, por meio de observação participante durante 3 anos em uma comunidade da periferia urbana da Inglaterra, cujo nome fictício é

Winston Parva, procura responder as seguintes questões (Elias e Scotson: 2000:20):

“Como se processa isso? De que modo os membros de um grupo mantêm entre si a crença em que são não apenas mais poderosos, mas também, seres humanos melhores do que os de outro? Que meios utilizam eles para impor a crença em sua superioridade humana aos que são menos poderosos?”

Elias e Scotson (2000:21) observam que a exclusão social é causada por vários fatores que não só o de possuir posses. Ele destaca:

“Ao mesmo tempo, ali se podiam ver as limitações de qualquer teoria que explique diferenciais de poder tão-somente em termos de posse monopolista de objetos não humanos, tais como armas ou meios de produção, e que desconsidere os aspectos figuracionais dos diferenciais de poder que se devem puramente a diferenças no grau de organização dos seres humanos. Como passamos gradativamente a reconhecer em Winston Parva, estes últimos, sobretudo os diferenciais do grau de coesão interna e de controle comunitário, podem desempenhar um papel decisivo na relação de forças entre um grupo e outro – como se pode ver, aliás, em inúmeros outros casos.”

Verifica-se, então, que no estudo da exclusão social não é fácil determinar os fatores que a estão provocando, sobretudo em uma comunidade. É necessário que se leve em consideração, também, para a determinação desses fatores, o “grau de coesão interno” e de controle comunitário dessa comunidade, para que se possam mostrar seus aspectos fundamentais e explicar a exclusão de uns, considerados como *outsiders*, pelo grupo estabelecido. Contudo, para que haja uma determinada rejeição por parte de um grupo, Elias e Scotson (2000:23) apontam um fator necessário:

“Um grupo só pode estigmatizar outro com eficácia quando está bem instalado em posições de poder das quais o grupo estigmatizado é excluído.”

Ao se analisar tudo o que foi dito até agora neste capítulo, em concomitância com o que vêm ocorrendo nos dias atuais, pode-se então extrapolar que:

- o modelo econômico hegemônico tem estado associado, por diversas razões que vão além do escopo deste trabalho, à persistência do desemprego.

- considerando que o emprego formal, na sociedade brasileira, é tão importante para a auto-estima quanto para a subsistência, o neoliberalismo reforça a exclusão de, pelo menos, duas formas. A primeira delas é basicamente econômica e se manifesta ao limitar as condições de subsistência (podendo levar

alguns até o extremo da fome). A outra forma diz respeito à esfera do simbólico na medida em que o desemprego, ao minar a auto-estima do indivíduo, tende a comprometer a coesão de seu grupo social, começando pelo prejuízo às relações familiares. Assim, o desemprego formal e desigualdade social comprometem a possibilidade de uma vida digna.

As conseqüências? Elias e Scotson (2000:30) mostram que as reações à exclusão geralmente são as piores possíveis. Cita-se:

“As crianças e adolescentes da minoria desprezada do loteamento habitacional eram evitados, rejeitados e tratados com frieza pelos colegas “respeitáveis” da “aldeia”, com um rigor e crueldade ainda maiores do que os reservados a seus pais, porque o “mau exemplo” que davam era uma ameaça às defesas dos jovens “respeitáveis” contra seus próprios impulsos internos de desregramento; e, como a minoria mais rebelde dos jovens sentia-se rejeitada, procurava revidar, portando-se mal de maneira ainda mais deliberada. Saber que, sendo barulhentos, destrutivos e insultuosos, eles conseguiam incomodar aqueles por quem eram rejeitados e tratados como parias funcionava como um incentivo adicional... para o “mau comportamento”. Eles gostavam de fazer exatamente as coisas que lhes eram censuradas, como um ato de vingança contra aqueles que os censuravam.”

A constatação desses fatos *in loco* por Elias e Scotson ratificou um outro estudo feito por Bem Whitaker (Elias e Scotson, 2000) sobre os “*burakumin*”, no Japão. Os “*burakumin*” eram um antigo grupo de “*outsiders*” daquele país. De acordo com Elias e Scotson (2000:30), nesse estudo relata-se que:

“... as crianças marginalizadas são mais propensas à agressividade e, em certo sentido, materializam os estereótipos que lhe são atribuídos.”

Partindo da premissa de que exista o objetivo de propiciar uma vida digna a todos os indivíduos, é urgente que se busquem modelos alternativos de organização econômica, que sejam capazes de dar conta tanto da componente econômica quanto simbólica do fenômeno da exclusão.